

DIA DO COMBATENTE

78.ª ROMAGEM AO TÚMULO DO SOLDADO DESCONHECIDO

05 de abril de 2014

GENERAL JOAQUIM CHITO RODRIGUES

Exmo. Senhor Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas

Digna-se V. Exa. presidir pela primeira vez a esta cerimónia, tão significativa para nós, Combatentes. É uma satisfação e uma honra tê-lo connosco.

Exma. Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional

É com todo o agrado que registamos a presença de V. Exa. mais uma vez entre nós, e salientamos a compreensão e ação que vem desenvolvendo no apoio aos Combatentes

Exmo. Senhor Bispo Manuel Linda Excelência Reverendíssima

Os meus agradecimentos pela amabilidade que teve em aceitar o nosso convite. Desejamos as maiores felicidades nas suas novas funções.

Exmo. Senhor Presidente da Câmara da Batalha e de Leiria

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Batalha

Exmos. Senhores Chefe do Estado Maior da Força Aérea, da Armada e do Exército

Exmos. Senhores Embaixadores

Exmo. Senhor Chanceler das Antigas Ordens Militares

Exmo. Senhor General Gabriel Augusto do Espírito Santo

Exmo. Senhor Almirante Presidente do Conselho Supremo da LC

Senhor General Presidente da Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da Grande Guerra

Exmos. Senhores Generais, Almirantes e Diretores-gerais

Exmo. Senhor Diretor do Mosteiro da Batalha

Ilustres entidades, civis, militares e religiosas, nacionais e de países amigos,

Senhores Adidos de Defesa

Presidentes das Associações Socio Profissionais, Das Associações de Combatentes presentes, da *Souvenirs Française e da British Legion*

Presidentes de Núcleos da Liga dos Combatentes

Minhas Senhoras e meus Senhores

Combatentes

Assinalamos hoje o Dia do Combatente. O Dia do Soldado de Portugal. Igualmente o 96º aniversário da Batalha de La Lys e a 78.ª Romagem ao túmulo do soldado desconhecido. Fazemo-lo de uma forma simples e tradicional num local repleto de significado histórico e sentimental. Aljubarrota e a Grande Guerra são neste Mosteiro a síntese da epopeia de novecentos anos de história de sobrevivência de um povo que sempre soube ser heroico nos momentos difíceis de crise ou guerra, da sua vida como Nação. Hoje acrescentamos a essa síntese, a presença daqueles que se bateram em Angola, na Índia, em Moçambique, na Guiné, na Bósnia, no Kosovo, no Iraque, no Líbano, na Somália, no Afeganistão e marcaram presença noutras partes do mundo, defendendo valores, interesses vitais, territórios e cidadãos, caindo por vezes para sempre, ao serviço de uma causa: - Portugal.

Agora que se iniciam as evocações do centenário da Grande Guerra é uma honra para nós, Liga dos Combatentes, sentir que somos a Instituição que preservou até hoje a memória bem viva de quantos ali se bateram. Não obstante o séc. XX ter conhecido a II Guerra Mundial, a I Guerra Mundial é ainda hoje conhecida como a Grande Guerra. Este catastrófico conflito armado marcaria o Mundo. Paradoxalmente, ele viria a ser considerado como o fenómeno que deu origem à chamada História Contemporânea e à Modernidade. Quando se perfazem cem anos sobre o seu início e a Europa e o Mundo se preparam para evocar esse dramático período da História da Humanidade, é forçoso reconhecer que o Homem, na última metade do séc. XX e princípio do séc. XXI, embora recorrendo à estratégia do terror nuclear e da guerra fria, procurou controlar os conflitos de alta intensidade a nível alargado e os seus efeitos.

O princípio do séc. XXI apresenta-se porém tanto ou mais inseguro a nível mundial que o princípio do séc. XX. Em termos relativos, as forças portuguesas para fazerem face a essa insegurança, apresentam hoje capacidades e fragilidades semelhantes às que revelaram para fazer face à Grande Guerra. Esta, viria porém a revelar-se para Portugal, através da intervenção militar, como o factor decisivo na manutenção dos territórios ultramarinos e na consolidação da República. Após durante todo o séc. XIX Portugal se ter oposto em África pela diplomacia e pelas armas, à Inglaterra, à Bélgica e a França, e também à Alemanha, é àqueles que se junta na Europa no início do séc. XX, para resolver o problema da posse daqueles territórios e da sua segurança no continente.

As Forças Armadas Portuguesas, batem-se então primeiro em Angola e Moçambique, (a partir de 1914), e depois no Norte de França (1917-1918), para garantirem a integridade territorial do País. Hoje, Dia do Combatente, perfazendo-se cem anos sobre um momento difícil para Portugal e para as Forças Armadas é

nosso dever dar-lhe o devido e merecido relvo. O Exército Português, batendo-se só, em África e integrado no exército inglês na Europa, manteve os territórios africanos e teve na Europa as vitórias e derrotas dos aliados ao lado dos quais se bateu. Na mais dramática, a batalha do Lys, ou de Armentières, viu e sentiu, à semelhança do exército inglês, o inimigo romper a frente defensiva aliada, ao desencadear poderosa ofensiva que fez recuar as forças aliadas no sector inglês, para novas posições, a partir das quais viriam a ganhar o potencial estratégico e de combate relativo que as conduziu poucos meses depois, ao Armistício vitorioso de Novembro 1918.

Se houve uma batalha perdida a 9 de Abril pelas forças inglesas, onde se encontravam integradas as forças do Corpo Expedicionário Português (CEP), com a Segunda Divisão em primeira linha ocupando uma larga frente ladeada por duas divisões inglesas, seguiram-se-lhe batalhas ganhas que permitiram vencer a guerra. Descritas e conhecidas historicamente as dúvidas e variadas facetas políticas nacionais e a falta de apoios sentidos na frente de combate, antes, durante e depois da Guerra, bem como a evolução dos meios de combate que permitiram o desenvolvimento do ambiente tridimensional da Guerra, sublinho três aspetos relevantes, normalmente pouco evidenciados.

Um de carácter militar de âmbito estratégico e tático, que poderá ter sido decisivo para as tropas portuguesas nos acontecimentos de 1918. Outro de carácter humano que porventura, um século depois, permitirá evocar o respeito, a reabilitação e a tolerância para com todos os que então se bateram nas mais traumáticas e stressantes condições. Finalmente um terceiro que é síntese da espiritualidade humana perante o fenómeno da guerra. Refiro-me no primeiro caso, o de carácter militar, por um lado à decisão do General Comandante do Corpo de Exército inglês, tenente general Haking, em determinar às suas tropas “a defesa até à morte da Linha B”, linha que passava a ser a linha principal de resistência da Divisão. Coartava assim aos comandos subordinados qualquer capacidade de manobra ou defesa em profundidade embora se contradisse-se mandando guarnecer a defesa da *Village Line* com a reserva da divisão. O terreno era impróprio para uma defensiva de posição a todo o custo.

Este conceito estratégico, ainda que tivesse havido hipótese de o alterar durante a batalha, viria a ser impossível transmiti-lo às tropas, já que se verificou, com várias horas de preparação da artilharia alemã, antes da ofensiva sobre as linhas defensivas aliadas, o imediato corte generalizado das transmissões, ficando as tropas e os comandos completamente isolados durante horas, desconhecendo os comandos superiores o que se passavam na frente e as unidades na frente o que se passava a seu lado. A ligação doutrinariamente feita da frente para a retaguarda e da esquerda para a direita desapareceu, tendo havido um esforço grande dos

escalões superiores em estabelecerem essa ligação da retaguarda para a frente através de estafetas auto, ciclistas e finalmente a pé. A eficácia da artilharia inimiga, 1 500 Bocas-de-fogo de grande calibre sobre 15Km de frente afetando decisivamente o sistema de transmissões, retirou toda a capacidade de comando e controlo às forças aliadas, nomeadamente ao CEP e criou o caos, deixando cada um senhor do seu destino, ao mesmo tempo que impedia a transmissão oportuna de qualquer alteração da manobra estratégica previamente concebida. Antes da Segunda Divisão portuguesa ceder, seria mesmo a quadragésima divisão inglesa no seu flanco esquerdo a fazê-lo perante o ímpeto do ataque inimigo.

Permitam-me, seguidamente uma referência de carácter humanista e tolerante e de muito respeito e admiração por todos os que se bateram em condições extremas, que por vezes exigiram decisões extremas. Não é nosso propósito contestá-las. É nosso propósito honrar a memória dos que caíram e dos que se bateram, incluindo nestes os que um dia fracassaram. Entre os que fracassaram pelo seu comportamento no campo de batalha, evidencia-se pela decisão extrema que provocou e sofreu, o soldado João Augusto Ferreira de Almeida, de 23 anos de idade, único militar português fuzilado em julgamento sumário entre as forças do CEP. Contrariamente ao que sucedeu no exército Francês, 600 fuzilados, fora as execuções sumárias não contabilizadas, no Italiano 750, no Inglês 306, no exército do Canadá 25, no americano 11, no da Nova Zelândia 5 e finalmente no da Alemanha 48.

A análise do processo conhecido leva-nos quase cem anos depois, à luz dos direitos humanos hoje defendidos pela ONU e face a todas as condições criadas pela democracia, a constatar que o soldado Ferreira de Almeida, foi julgado sumariamente e fuzilado por uma intenção manifestada e não por uma ação praticada. Durante o cumprimento de uma pena de sessenta dias de prisão, afirmou a 29 de Julho de 1917, a camaradas seus, desejar passar para as linhas inimigas possuindo um mapa com algumas localizações das nossas forças.

Uma vez denunciado, foi julgado em tribunal militar e fuzilado, sem que tenha sido atendido num segundo julgamento de recurso, sabendo-se da existência de antecedentes familiares de demência. Foram além disso confirmadas as suas ligações de trabalho em Portugal com um empregador alemão o que diminuía a sua noção do inimigo e das implicações que o seu ato a ser praticado teria. Em todos os países atrás referidos, se têm desenvolvido ultimamente ações tendentes a recuperar a dignidade e a conceder perdão aos militares que em tempo de guerra sofreram esta punição extrema, muitas vezes em situações que hoje chocam, tendo alguns sido amnistiados a título póstumo.

A Liga dos Combatentes na evocação do Centenário da Grande Guerra, com o conhecimento que tem do processo acrescido o facto de o soldado Ferreira de Almeida se encontrar sepultado no cemitério de Richebourg, coval 19, fila 6, talhão B, junto de todos os seus camaradas de armas caídos durante o conflito, para onde foi trasladado vindo do cemitério de *Lavantie*, pensa ser oportuno sustentar uma proposta de reabilitação que contemple o perdão ou amnistia a título póstumo pela Assembleia da República e por sua Exa. o Senhor Presidente da República. Finalmente o terceiro aspeto que gostaria de sublinhar. O Cristo mutilado durante a Batalha do Lys ou de Armentières, em *Neuve Chapelle*, é a materialização física da espiritualidade do soldado português perante os sacrifícios sofridos numa guerra, em que o limite entre a vida e a morte se refugia mais na fé do que nos meios que tem disponíveis para poder sobreviver.

A atitude de os soldados portugueses trazerem consigo para a retaguarda um Cristo mutilado encontrado no campo de batalha, foi talvez uma forma de sentirem que traziam consigo todos os camaradas caídos, mortos ou feridos que não conseguiram recuperar. A decisão dos governos, português e francês, em acordar em trazer a imagem para Portugal nos anos 30 do séc. XX, colocando-a junto ao túmulo do soldado desconhecido na Batalha e que hoje está à guarda da Liga dos Combatentes, é o reconhecimento desse sentimento misto de camaradagem e de fé, que caracterizam o soldado português.

De facto, alguns de nós somos testemunhas oculares de que para além do Cristo das trincheiras os soldados portugueses conhecem hoje também o Cristo do Capim. Na guerra em África era generalizada a presença de um Cristo nas unidades, edificando-se mesmo nelas, algumas igrejas com meios próprios de pau e zinco, para o culto religioso. É real que o homem se aproxima de um Deus em momentos de perigo de morte evidente. E a guerra garante ao homem a presença permanente do perigo da morte e por isso o aprofundamento da fé e da aproximação do divino. O Cristo das trincheiras da Grande Guerra é o mesmo Cristo do Capim que acompanhou as nossas forças durante toda a Guerra do Ultramar, o mesmo que nos olha do cimo da cruz sobre os túmulos dos soldados desconhecidos e o mesmo que em Aljubarrota inspirou o Padroeiro da Liga dos Combatentes S. Nuno de Santa Maria, bem presente neste Mosteiro. Termino sublinhando a resultante do que acabo de evocar, a trilogia do sentimento da vitória, da fé e da tolerância.

Sentimento de vitória final que sempre tem surgido aos portugueses em momentos de crise ou guerra. Fé que os aproxima do divino em situações extremas individuais ou coletivas sempre que é evidente o sentimento de derrota ou de morte. Tolerância que sempre acaba por ter para como os que falharam ou fracassaram. Foi com esta trilogia, de vitória, fé e tolerância que no passado os

portugueses ultrapassaram crises e guerras e chegaram ao nosso presente. É com o mesmo esforço na procura do sentimento de vitória, a mesma esperança do encontro da fé em situações extremas e a mesma tentativa de justificar a tolerância para com os que falharam ou fracassaram que, nas situações de crise em que vivemos, encontraremos as forças morais e materiais que nos conduzirão a um futuro melhor para nós, para nossos filhos e nossos netos.

Vivam os Combatentes por Portugal! Viva Portugal!